

Teoria da substanciação Vs teoria da individualização

- ❑ A teoria da substanciação é a que permanece acolhida no sistema processual civil português (cf. arts. 410.º, 552, n.º 1, alínea d), 572.º, alínea c), 581.º, n.º 4, e 724.º, n.º 1, alínea e), nCPC);
- ❑ A consequência (fundamentos da pretensão):
 - O autor/exequente deverá especificar na petição inicial/requerimento executivo o ato ou facto jurídico concreto de que emerge a sua pretensão (ex: a **compra e venda** realizada entre A e B, no dia, pelo preço de, sobre o prédio X; o **empréstimo** efetuado por C a D, no dia pelo montante de €1.000,00, com restituição no dia), não bastando alegar a causa genérica (ex: o direito de propriedade do prédio X ou o direito de crédito de €1.000,00).
 - Nos embargos de terceiro, ao autor não basta alegar que é dono e legítimo proprietário dos bens penhorados. Tem de expor e provar os factos concretos em que se funda a sua posse (efetiva ou meramente causal) sobre esses bens ou de que juridicamente lhe advém a titularidade do direito incompatível com a diligência.

Teoria da substanciação Vs teoria da individualização

❑ A consequência (fundamentos da exceção):

► - O réu/executado deverá especificar na contestação/embargos do executado os factos que fundamentam as exceções e outros meios de defesa que impeçam, modifiquem ou extingam a pretensão formulada pelo autor/exequente.

► EXEMPLOS:

1. O executado pretende que seja declarada a nulidade do contrato de compra e venda que celebrou com o exequente, com fundamento em simulação absoluta (art. 240.º, n.º 1 do Código Civil). O negócio simulado depende da verificação simultânea de três requisitos: o *pactum simulationis*, o *animus decipiendi* e a intencionalidade da divergência entre a vontade e a declaração.

O executado tem, assim, de concretizar o circunstancialismo fáctico integrador do acordo simulatório, isto é, que os simuladores fingiram realizar um certo negócio jurídico, quando, na verdade, não queriam realizar negócio jurídico algum. Como diziam os antigos tratadistas, “*colorem habet, substantiam vero nullam*”. Em concreto, terá de ser alegado que nem o exequente pretendeu vender ao executado o prédio X, nem este teve intenção de comprar àquele esse prédio.

Teoria da substanciação Vs teoria da individualização

► EXEMPLOS:

2. Um fiador opõe-se mediante embargos à execução alegando que na data da celebração da escritura que serve de título executivo apresentava síndrome demencial, associado a doença de *Alzheimer*, não se encontrando em perfeito estado de sanidade mental. Pretende com tal defesa que se considere inexigível a obrigação por **falta de consciência da declaração**, nos termos do artigo 246.º do Código Civil.

Equívoco

À existência da perturbação psíquica que não permite ao declarante entender o ato que pratica, nem a sua relevância jurídica se refere o artigo 257.º, n.º 1, do Código Civil, normativo que contempla a **incapacidade acidental**.

A aplicação do regime do artigo 246.º daquele código aos atos praticados por dementes não interditos significaria uma intolerável insegurança jurídica, não se aplicando, por isso, a circunstâncias de alteração mental.

Teoria da substanciação Vs teoria da individualização

► REQUISITOS DA INCAPACIDADE ACIDENTAL

Para conseguir a anulação da declaração negocial, devida a incapacidade accidental, é, assim, necessário **alegar** e **provar** três requisitos: a) na data da celebração do negócio jurídico o autor ser maior de idade, não interdito por anomalia psíquica; b) a declaração deve ser produzida por quem se encontrava incapaz de entender o seu sentido e alcance ou não tinha o livre exercício da sua vontade, isto é, a existência de condições psíquicas de não entender e querer, que afetem a inteção ou a volição do declarante; c) que a situação se reporte ao momento da prática do ato; d) e, finalmente, que a aludida incapacidade de entendimento ou de vontade seja conhecida do declaratório ou, pelo menos, que seja cognoscível por um declaratório que se comporte com normal diligência e que teria podido, então, notar o facto (Pires de Lima e Antunes Varela, in Código Civil Anotado, I, 4.^a edição revista e atualizada, 1987, págs. 239 e 240), ou seja, que o exequente-embargado efetivamente conhecia a condição psíquica do declarante no negócio jurídico em causa ou esta era de tal forma perceptível que uma pessoa de normal diligência a teria podido notar se tivesse estado presente nesse ato (a cognoscibilidade ou o conhecimento da perturbação psíquica por parte do exequente ou a sua notoriedade). Se este requisito não for alegado, a exceção é inexistente, pois os factos que servem de fundamento à exceção (anulação do NJ com base em incapacidade accidental) são insuficientes.

Teoria da substanciação Vs teoria da individualização

3. Requisitos da *impugnação pauliana* (artigo 610.º do Código Civil):

NOTA PRÉVIA

A *impugnação pauliana* tanto pode ser invocada como fundamento da ação como por via de exceção, pelo que é admissível ser invocada pelo credor exequente em contestação aos embargos de terceiro.

- Alegar e provar: a) a situação patrimonial do devedor após o ato impugnado, que tem de ter natureza patrimonial; b) anterioridade do crédito, ou caso o crédito seja posterior ter sido o ato dolosamente realizado com o fim de impedir a satisfação do futuro crédito; c) impossibilidade para o credor de obter a satisfação integral do seu crédito, ou agravamento dessa impossibilidade.

- Sendo o negócio impugnado oneroso (requisito da má-fé): d) é ainda condição de procedência da *impugnação* a consciência do devedor/alienante e do terceiro/adquirente quanto ao prejuízo que o ato causou ao credor (art. 612.º do CCiv).

TIPOS LEGAIS OU REQUISITOS DE UMA FIGURA OU INSTITUTO JURÍDICOS

NARRAÇÃO

(versão da parte)



.Direito probatório

.Raciocínio probatório

PREMISSA NORMATIVA

(Hipótese legal ou *Der Tatbestand*)



Existência do direito (autor/exequente) ou impedimento, modificação ou extinção do direito (réu/executado)

NA AÇÃO EXECUTIVA

(Distribuição do ónus da prova subjetivo)

- ▶ O incumprimento da obrigação não integra a causa de pedir na execução. Na repartição do ónus da prova (subjetivo), há que distinguir os títulos extrajudiciais, tendo em conta a força probatória (material) dos documentos negociais; na sentença e na injunção, está excluído que o exequente tenha de provar o que quer que seja; tudo o que havia a provar foi provado no anterior processo declarativo ou deveria ter sido provado na ação especial decorrente da dedução de oposição ao requerimento injuntivo.
- ▶ O título executivo (extrajudicial) apenas se cruza com a matéria da prova quando há que respeitar a força probatória do título executivo; assim:
- ▶ (i) se o título executivo for um documento com força probatória plena, o executado tem de provar nos embargos de executado um facto contrário do facto provado pelo documento;
- ▶ (ii) se o título executivo for um documento com força probatória bastante, é suficiente que o executado faça a contraprova.
- ▶ Fora do âmbito da eficácia probatória do título extrajudicial, o credor prova o crédito ou, mais corretamente, os elementos constitutivos do crédito (sendo que vale o efeito probatório legal decorrente da *confissão ficta* ou da *admissão por acordo* na falta de impugnação com posição definida - verdade negociada).
- ▶ O devedor prova que não deve (esta é a causa de pedir nos embargos do executado - inexistência, invalidade ou inexigibilidade da obrigação); na falta de contestação aos embargos não vale, nos mesmos termos, o efeito probatório legal.
- ▶ O ónus da *prova subjetivo* do devedor é fixado de acordo com a regra prevista no artigo 342.º, n.º 1 do Código Civil.
- ▶ O ónus da *prova objetivo* (que se justifica face à proibição do *non liquet* - art. 8.º, n.º 1 do CCiv) encontra-se estabelecido pelo artigo 414.º do Código de Processo Civil.